

RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL
JANEIRO a JUNHO/2021



Sumário

I. Introdução.....	3
II. Acompanhamento da Regularidade da Certificação, Habilitação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções na ELETROS.....	4
III. Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento.	7
IV. Rentabilidade dos Investimentos	8
V. Custos com a Administração dos Investimentos.....	17
VI. Efeitos da pandemia do COVID-19 - ELETROS	18
VII. Exigível Contingencial - Passivos e Ativos Contingentes	19
VIII. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais	20
IX. Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária	27
X. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade	30
XI. Acompanhamento de recomendações do Conselho Fiscal:.....	34
XII. Conclusão.....	34
XIII. Documentos de Referência:	36
XIV. Glossário de Termos:.....	36



I. Introdução

A Resolução nº 13 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 01 de outubro de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar – EFPC.

Neste contexto, o artigo 19 da Resolução CGPC 13/2004, dispõe:

"Da Manifestação do Conselho Fiscal

Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo:

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Parágrafo único. As conclusões, recomendações, análises e manifestações referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo:

I - devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do conselho deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas; (resultados das auditorias necessitam ser apresentados conforme essa determinação).

"II - devem permanecer na EFPC, à disposição da Secretaria de Previdência Complementar, pelo prazo mínimo de cinco anos."

Adicionalmente, o artigo 7º da referida Resolução dispõe:

Art. 7º. "A estrutura organizacional deve permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão e adequado nível de supervisão".

Nesse sentido, o sistema de controles internos é fundamental para assegurar a integridade dos relatórios contábeis, financeiros e operacionais nas tomadas de decisão. Assim o relatório emitido considera o fluxo de informações avaliado para o primeiro semestre de 2021.



Desta forma, observadas as premissas expressas na Resolução CGPC nº 13/2004, o Conselho Fiscal da Eletros aborda os resultados pertinentes primeiro semestre do ano de 2021 considerando, inclusive, as ações emanadas e sugeridas por esse CFE, as quais foram discutidas e analisadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas durante o período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2021, e que constam nas referidas atas de reunião, de modo a assegurar o cumprimento de seus objetivos.

A partir de 01.03.2021, a ELETROS passou a contar com nova Estrutura Organizacional, sem prejuízo no apoio e suporte das unidades organizacionais no fornecimento de informações necessárias à elaboração da presente manifestação por parte desta instância de governança. Dessa forma cumpre destacar que o Conselho Fiscal da ELETROS contou, entre outros, com os relatórios gerenciais emitidos pelas áreas internas da Eletros, em especial: Gerência Administrativa (PRA), Gerência de Gestão de Riscos (PRG), Gerência Jurídica e de Governança (PRJ), Gerência Atuarial (DBA), Gerência de Controladoria (DFC), Auditoria Interna (AUD) e Gerência de Investimento (DFI) como suporte à emissão deste Relatório de Manifestação.

Portanto de forma a atender aos requisitos, obrigações e responsabilidades estatutárias e legais, baseados em análise da documentação disponibilizada pela ELETROS, bem como de esclarecimentos requeridos e fornecidos pelas áreas pertinentes e, também, por seus administradores, o Conselho Fiscal da ELETROS – CFE, no cumprimento de suas atribuições, apresenta a sua manifestação referente ao período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021.

II. Acompanhamento da Regularidade da Certificação, Habilitação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções na ELETROS

No acompanhamento realizado pelo Conselho Fiscal da ELETROS ao longo do período compreendido entre janeiro a junho de 2021, com base nas informações disponibilizadas pela Gerência Administrativa – PRA, observa-se que a Entidade está devidamente regular quanto à Certificação, Habilitação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções pelos membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal, Diretoria Executiva, bem como pelos integrantes dos Comitês de Gestão de Carteiras – CGC e do Comitê Executivo de Investimentos – CEI, destacando que o CGC é um Comitê de assessoramento da Diretoria Financeira, responsável por analisar, recomendar e submeter para decisão do CEI, na esfera de sua competência e alçada, as matérias relacionadas à gestão, controle e monitoramento dos investimentos.

A pontuação dos Diretores e empregados que integram os Comitês de Investimento estão aderentes à legislação vigente e são acompanhadas pela PRA periodicamente.

Relativamente aos Conselheiros que foram habilitados para seus cargos em dezembro de 2020, e que não eram certificados, de acordo com a Resolução CNPC 39 de 30.03. 2021, Art. 5º § 1º, tem o prazo de até um ano para obter a certificação.

O quadro I, abaixo, reflete os Conselheiros habilitados para seus cargos em dezembro/2020 e que possuem o prazo até o dia 01/12/2021 para se certificarem de acordo com a Resolução CNPC 39 de 30.03.2021, Art. 5º § 1º.



Quadro I

NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	PRAZO LIMITE CERTIFICAÇÃO PRORROGADO CONFORME INSTRUÇÃO CNPC 39 (30/03/2021) Art 5º § 1º
Luiz Carlos de O. Costa	Conselheiro Deliberativo Efetivo	NÃO TEM	01/12/20	30/11/24	01/12/21
Gilmara Estela L. Couto	Conselheira Deliberativo Suplente	NÃO TEM	01/12/20	30/11/24	01/12/21
Álvaro P. Fonseca Neto	Conselheiro Deliberativo Suplente	NÃO TEM	01/12/20	30/11/24	01/12/21
William M. de Souza	Conselheiro Fiscal Suplente	NÃO TEM	01/12/20	30/11/24	01/12/21
Roberto L.de Mello	Conselheiro Fiscal Suplente	NÃO TEM	19/12/20	30/11/24	19/12/21

OBS: O Conselheiro Suplente Roberto L. de Mello, por motivos pessoais, renunciou ao cargo em setembro de 2021 não tendo fato relevante associado ao ato.

Todos os membros dos Órgãos Estatutários da ELETROS, de acordo com o previsto na Instrução PREVIC 13/2019, são investidos em seus cargos mediante a habilitação e não estando a ELETROS enquadrada como ESI – Entidade Sistemicamente Importante, a referida legislação prevê que os Conselheiros são habilitados pelo Presidente da entidade, precedido da análise documental feita pelas áreas competentes na Fundação.

Já o Presidente e Diretores são habilitados pela PREVIC, conforme Atestados de Habilitação emitidos por aquela entidade de forma precedente às nomeações, integrantes do Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro.

Ainda de acordo com a citada legislação, o Diretor Financeiro deve ter certificação específica de investimentos, o que foi observado dentro do processo de sua investidura no cargo.

O quadro II, abaixo, reflete a posição de certificações em 30.06.2021:



Quadro II

POSIÇÃO 30/06/2021							
NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	CERTIFICAÇÃO VIGENTE E VÁLIDA	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	REGRA PEC
Pedro Paulo da Cunha	Presidente	ICSS	03/08/20	03/08/23	13/11/19	22/09/22	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Carlos Eduardo Brasil Pereira	Diretor de Benefícios Previdenciários	ICSS	30/11/19	30/11/22	13/01/20	12/01/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Max Leandro Ferreira Tavares	Diretor Financeiro	ICSS	01/01/20	01/01/23	21/01/20	20/01/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Jailson José Medeiros Alves	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	27/03/21	27/03/24	01/10/19	30/06/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Thadeu Figueiredo Rocha	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	07/04/21	07/04/24	01/11/19	30/06/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Jack Nottingham Steiner	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	18/11/19	18/11/22	06/09/19	30/06/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Homero Gonçalves de Andrade	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	27/11/20	27/11/23	06/09/19	30/06/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
José Luiz Miglievich Grunewald Leduc	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS (Capacitação)	26/09/19	26/09/22	06/09/19	30/06/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Márcio Kennedy de Almeida	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	15/06/21	15/06/24	01/12/20	30/11/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Rodrigo Dias Ramires	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS (Capacitação)	20/08/20	20/08/23	01/12/20	30/11/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Gustavo Botrel Coutinho de Melo	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	27/02/21	27/02/24	01/12/20	30/11/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Rodrigo Dias Ramires	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS (Capacitação)	20/08/20	20/08/23	01/12/20	30/11/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Ailton Andrade	Presidente Conselho Fiscal Efetivo	ICSS	01/10/20	01/10/23	29/08/19	30/06/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Dan Abensur Gandelman	Conselheiro Fiscal Efetivo	CPA-20 AMBIMA	28/10/20	28/10/23	29/08/19	30/06/23	6 meses antes de vencer, deverá fazer o curso de atualização e ser aprovado.
João Vicente Amato Torres	Conselheiro Fiscal Efetivo	ICSS	22/12/20	22/12/23	05/12/19	30/06/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Alessandra Lemos de Souza	Conselheira Fiscal Efetiva	ICSS	18/11/19	18/11/21	01/12/20	30/11/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Elizabeth Miliante Ribeiro	Conselheira Fiscal Efetiva	ICSS	31/01/19	31/01/22	19/12/20	30/11/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Luiz Guilherme F. N. Pinto	Gerente	ICSS	18/12/19	18/12/22	-	-	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Marcelo da Fonseca Gouveia	Especialista	APIMEC	20/04/17	20/04/22	-	-	Os créditos devem ser acumulados durante 5 anos, sendo que pelo menos 50% dos créditos devem ocorrer nos últimos 2 anos.
Felipe Correa Teixeira	Analista de investimento	CPA-20 AMBIMA	18/11/20	18/11/23	-	-	6 meses antes de vencer, deverá fazer o curso de atualização e ser aprovado.
Arthur Michilini Silva	Gerente	CPA-20 AMBIMA	17/10/18	17/10/21	-	-	6 meses antes de vencer, deverá fazer o curso de atualização e ser aprovado.

*Para fins de tempestividade da informação quando da emissão desse Relatório o Gerente da PRG – Gerencia de Gestão de Riscos se desligou, a pedido, da Eletros, em agosto/21.

** A Conselheira Alessandra Lemos, teve a sua certificação profissional renovada em 18.11.2021, com certificado válido por mais 3 anos.

É importante destacar que em junho de 2021, a Diretoria Executiva da Entidade aprovou a utilização de plataforma para capacitação de profissionais, denominada Transformar, de forma a ser reconhecida pelo ICSS para o sistema de pontuação dos profissionais cadastrados no programa de certificação.

Neste sentido o CFE não identificou oportunidade ou necessidade de melhorias dos controles realizados.

III. Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento.

Em 11/12/2020, o Conselho Deliberativo da ELETROS na 422ª reunião do colegiado aprovou a Política de Investimento de todos os Planos de Benefícios administrados pela Eletros para 2021-2025. Em 29/01/2021, na sua reunião nº 424, o Conselho Deliberativo da Eletros aprovou uma nova Estrutura Organizacional para a Fundação. Em decorrência desse fato, a Diretoria Executiva submeteu na 431ª reunião do CDE, realizada em 31/03/2021, uma revisão da Política de Investimentos de 2021-2025 de todos os Planos de Benefícios, com objetivo de alterar a designação da função de Administrador Responsável pela Gestão de Riscos (ARGR), até então exercida pelo Diretor Financeiro, passando a ser exercida pelo Presidente da Fundação.

Cabe registrar que a Política tem como objetivo estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, bem como dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

Compete ao Conselho Fiscal, entre outras responsabilidades, verificar que a aplicação dos recursos está sendo executada de acordo com os objetivos planejados e aprovados. Neste sentido, o CFE, por meio das Atas da Diretoria e anexos, verificou que os critérios e procedimentos vêm sendo executados e foram acompanhados pela Diretoria Executiva de Relatórios de Riscos de Investimentos.

No que diz respeito à aderência da alocação à política de investimentos referente ao primeiro semestre de 2021, considerando as informações disponibilizadas para o CFE, constata-se que a ELETROS vem mantendo a gestão dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios por ela administrados em conformidade com as diretrizes da Política de Investimento vigente, conforme demonstrado na tabela a seguir:



Segmentos	Plano BD Eletrobrás		Plano CD Puro	Plano CD Saldado		
	PI	jun-21		PI	jun-21	PI
Renda Fixa	29,00% a 92,00%	54,43%	26,00% a 89,00%	67,09%	24,00% a 94,00%	46,98%
Renda Variável	5,00% a 35,00%	28,09%	10,00% a 40,00%	25,00%	5,00% a 40,00%	35,86%
Estruturados	0,00% a 10,00%	3,17%	0,00% a 10,00%	1,03%	0,00% a 10,00%	5,63%
Imóveis	0,00% a 13,00%	8,63%	0,00% a 6,00%	3,03%	0,00% a 8,00%	5,15%
Empréstimos	3,00% a 8,00%	3,38%	1,00% a 8,00%	2,03%	1,00% a 8,00%	2,86%
Exterior	0,00% a 10,00%	2,31%	0,00% a 10,00%	1,83%	0,00% a 10,00%	3,51%
Segmentos	Plano CV ONS		Plano EPE	Plano PGA		
	PI	jun-21		PI	jun-21	PI
Renda Fixa	27,00% a 89,00%	67,59%	27,00% a 90,00%	66,83%	0,00% a 100,00%	100,00%
Renda Variável	10,00% a 40,00%	27,53%	10,00% a 40,00%	27,93%	---	---
Estruturados	0,00% a 10,00%	1,37%	0,00% a 10,00%	1,32%	---	---
Imóveis	---	---	---	---	---	---
Empréstimos	1,00% a 8,00%	1,70%	0,00% a 8,00%	1,99%	---	---
Exterior	0,00% a 10,00%	1,81%	0,00% a 10,00%	1,92%	---	---

Fonte: Eletros-Planilha a partir o Relatório de Investimento de Junho/2021

Diante dos resultados apresentados, verifica-se que os limites (inferiores e superiores) da Política de Investimentos, de todas as categorias de investimentos, em todos os Planos, foram respeitados neste primeiro semestre do ano de 2021.

IV. Rentabilidade dos Investimentos

Durante o primeiro semestre de 2021, a Diretoria da ELETROS, apresentou ao Conselho Fiscal os resultados de rentabilidade dos investimentos, de cada Plano de Benefício. Adicionalmente, o CFE, por meio das Atas do CEI e do CGC, observou que periodicamente, as equipes da ELETROS e/ou consultorias independentes, elaboram documentos sobre rentabilidade dos ativos administrados pela ELETROS. Os documentos produzidos são analisados pelo Conselho Fiscal e permitem que se verifiquem os rendimentos alcançados por Plano de Benefício e por perfil de investimento, bem como questões relativas a aspectos que impactam nos rendimentos realizados.

Segue abaixo tabela com a rentabilidade obtida em cada um dos Planos comparada com a respectiva meta atuarial ou Índice de referência.



Plano	Prevista*	Realizada	Meta Atuarial ou Índice de Referência**
BD Eletrobrás	3,68%	8,46%	6,26%
CD Eletrobrás Puro	3,68%	2,88%	6,26%
CD Eletrobrás Saldado	3,68%	4,15%	6,26%
CV ONS	3,68%	3,02%	6,26%
EPE	3,68%	3,15%	6,26%
PGA	1,21%	0,00%	1,28%
* Estimativa de INPC em 1,46% menor que o INPC realizado de 3,95%.			
** INPC + 2,18%			

Fonte: Eletros – Anexo I-MemoPRG003/2021

Os resultados médios apresentados na tabela acima representam os valores percentuais, previstos e realizados, para o conjunto de ativos de investimentos, de cada Plano de benefício e nas tabelas a seguir são apresentados os resultados em valores absolutos obtidos e os respectivos esclarecimentos, para cada Plano de benefício. Destaca-se a variação do INPC no primeiro semestre de 2021 foi muito superior à prevista na Política de Investimentos para o respectivo período.

Plano BD ELETROBRÁS – Recursos garantidores de R\$ 2,31 bilhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2021 foi positiva em R\$ 121,49 milhões e pode ser assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações:	Positivo em R\$ 44,35 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 74,39 milhões
Imóveis	Positivo em R\$ 0,83 milhões
Fundos Investimentos Multimercados	Positivo em R\$ 0,39 milhão
Empréstimo	Positivo em R\$ 2,32 milhão
Fundo Investimento Participações	Negativo em R\$ 0,47 milhão
Outros	Negativo em R\$ 0,32 milhão
Total do plano BD ELETROBRÁS	Positivo em R\$ 121,49 milhões

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ser superior à variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2021.

¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados: A principal diferença desse segmento ocorreu pela variação positiva dos títulos públicos atrelados ao Índice IGP-M que é grande parcela do segmento de títulos públicos.

Imóveis²: A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2021 ficou um pouco maior que o previsto, devido a uma inflação maior que a prevista no período, impactando no preço dos aluguéis.

Empréstimo: A variação da rentabilidade para o segmento ficou maior do que a previsão do primeiro semestre de 2021, devido a uma inflação maior que a inflação prevista, impactando positivamente na parcela de empréstimo.

Fundo Investimento Participações: A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima a previsão para o primeiro semestre de 2021.

Outras: A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima da previsão para o período.

Fonte: MEMO DF/GIN 005/21

CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS) – Recursos garantidores de R\$ 419 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2021 foi positivo em R\$ 6,02 milhões e pode ser assim resumida:

	Diferença			
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positivo	em	R\$	9,52
	milhões			
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Negativo	em	R\$	4,35
	milhões			
Imóveis	Positivo	em	R\$	0,09
	milhão			
Empréstimo	Positivo	em	R\$	0,35
	milhão			
Outras	Positivo	em	R\$	0,41
	milhão			
Total do CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS)	Positivo	em	R\$	6,02
	milhões			

² Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.



Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ser superior à variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2021.

Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados: A principal variação ocorreu pelo aumento das taxas dos títulos de longo prazo atreladas ao IPCA impactando negativamente a rentabilidade no período. Adicionalmente, ocorreu o enquadramento dos títulos ao estudo ALM feito no início do ano de 2021.

Imóveis³: A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2021 ficou um pouco maior que o previsto, devido a uma inflação maior que a prevista no período, impactando no preço dos aluguéis.

Empréstimo: A variação da rentabilidade para o segmento ficou maior do que a previsão do primeiro semestre de 2021, devido a uma inflação maior que a inflação prevista, impactando positivamente na parcela de empréstimo.

Fonte: MEMO DF/GIN 005/21

CD ELETROBRÁS PURO – Recursos garantidores de R\$ 1,78 bilhão:

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2021 foi positivo em R\$ 13,14 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positivo em R\$ 27,54 milhões
Títulos Públicos	Negativo em R\$ 18,61 milhões
Fundo de RF + Créditos Privados	Positivo em R\$ 2,42 milhões
Empréstimo	Positivo em R\$ 1,10 milhão
Imóveis	Positivo em R\$ 0,22 milhão
Outros	Positivo em R\$ 0,47 milhão
Total do plano CD ELETROBRÁS	Positivo em R\$ 13,14 milhões

¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

³ Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.



PURO

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ser superior à variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2021.

Títulos Públicos: A principal variação ocorreu pelo aumento das taxas dos títulos de longo prazo atreladas ao IPCA que impactaram negativamente o segmento de títulos públicos do Plano.

Fundo de RF + Créditos Privados: A variação positiva se deve ao aumento da taxa Selic ao longo do ano de 2021, que impacta positivamente os créditos privados e fundos de renda fixa que estão atrelados ao movimento de aumento da Selic.

Imóveis⁴: A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2021 ficou um pouco maior que o previsto, devido a uma inflação maior que a prevista no período, impactando no preço dos aluguéis.

Empréstimo: A variação da rentabilidade para o segmento ficou maior do que a previsão do primeiro semestre de 2021, devido a uma inflação maior que a inflação prevista, impactando positivamente na parcela de empréstimo.

Fonte: MEMO DF/GIN 005/21

CV ONS – Recursos garantidores de R\$ 772 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2021 foi positiva em R\$ 6,94 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positivo em R\$ 13,28 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Negativo em R\$ 6,99 milhões
Empréstimo	Positivo em R\$ 0,53 milhão
Outras	Positivo em R\$ 0,12 milhão

¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

⁴ Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.



ONS	Total do plano CV	Positivo em R\$ 6,94 milhões
-----	-------------------	------------------------------

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ser superior à variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2021.

Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados: a principal variação ocorreu pelo aumento das taxas dos títulos de longo prazo atreladas ao IPCA que impactaram negativamente o segmento de títulos públicos do Plano.

Empréstimo: A variação da rentabilidade para o segmento ficou maior do que a previsão do primeiro semestre de 2021, devido a uma inflação maior que a inflação prevista, impactando positivamente na parcela de empréstimo.

Fonte: MEMO DF/GIN 005/21.

CV EPE – Recursos garantidores de R\$ 124 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2021 foi positiva em R\$ 1,23 milhão, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positivo em R\$ 2,21 milhões
Outras	Negativo em R\$ 0,98 milhão
Total do plano CV EPE	Positivo em R\$ 1,23 milhão

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ser superior à variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2021.

Fonte: MEMO DF/GIN 005/21.

Plano de Gestão Administrativa - PGA – saldo de R\$107,23 milhões:



Com relação ao PGA, observamos que no 1º semestre de 2021, a diferença entre o previsto apresentou resultado negativo de R\$ 4,56 milhões no período, por conta da elevação das taxas dos títulos de renda fixa que compõem a parcela dos investimentos do PGA.

Os Planos de Benefícios CD Eletrobrás, CV EPE e CV ONS possuem um mecanismo específico, oferecido pela ELETROS, opções de perfil de investimentos, com cinco (5) modalidades: Agressivo, Moderado, ELETROS, Conservador e Super Conservador.

Assim os participantes destes Planos de Benefícios podem escolher um dos perfis de investimentos existentes e, semestralmente, podem alterar o seu perfil, nos canais informados pela ELETROS. A escolha de um perfil de investimento é feita de forma livre e opcional de maneira que cada participante possa adotar um perfil de investimento que seja mais adequado a sua visão de risco e perspectiva de rendimento.

Nas tabelas a seguir são apresentados os resultados, para 1º semestre de 2021, por perfil de investimento, considerando cada um dos ativos de investimento dos Planos de Benefícios CD Eletrobrás, CV EPE e CV ONS:

CD ELETROBRÁS										
	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	-0,11%	-3,91%	0,17%	-3,64%	0,23%	-3,58%	0,30%	-3,51%	0,43%	-3,39%
Renda Variável	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	0,00%	0,00%
Imóveis	4,37%	0,40%	4,37%	0,40%	4,37%	0,40%	4,37%	0,40%	4,37%	0,40%
Empréstimos	8,17%	4,06%	8,18%	4,07%	8,18%	4,06%	8,16%	4,05%	8,15%	4,04%
Inv. Estruturados	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%
Exterior	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	0,00%	0,00%
Consolidado	4,68%	0,70%	3,49%	-0,44%	3,29%	-0,64%	2,29%	-1,60%	0,73%	-3,10%

Fonte: MEMO PRG/003/21.

CV O.N.S										
	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	-0,01%	-3,81%	0,23%	-3,58%	0,28%	-3,53%	0,40%	-3,41%	0,56%	-3,26%
Renda Variável	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	8,68%	4,55%	8,68%	4,55%	8,69%	4,55%	8,69%	4,56%	8,66%	4,53%
Inv. Estruturados	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%
Exterior	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	0,00%	0,00%
Consolidado	4,59%	0,62%	3,38%	-0,55%	3,18%	-0,75%	2,20%	-1,68%	0,73%	-3,10%

Fonte: MEMO PRG/003/21.

CV EPE										
	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	0,14%	-3,67%	0,33%	-3,48%	0,33%	-3,48%	0,40%	-3,41%	0,52%	-3,30%
Renda Variável	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	0,00%	-3,80%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	7,72%	3,63%	7,72%	3,63%	7,73%	3,63%	7,73%	3,63%	7,73%	3,64%
Inv. Estruturados	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%
Exterior	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	0,00%	0,00%
Consolidado	4,65%	0,67%	3,38%	-0,55%	3,19%	-0,74%	2,14%	-1,74%	0,67%	-3,15%

Fonte: MEMO PRG/003/21.

¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBR_X (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

A fim de atender os preceitos da Resolução CNPC nº 30/2018 que estabeleceu a necessidade da realização de estudo técnico para demonstração da convergência entre a rentabilidade dos investimentos e a taxa real de juros, para os Planos de Benefícios que possuam Benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido – BD, a ELETROS utilizou os serviços da consultoria Willis Towers Watson – WTW, para avaliar as questões pertinentes ao Plano BD Eletrobrás.

RESULTADOS DOS PLANOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021

	BD Eletrobrás	CD Eletrobrás*	CV ONS	CV EPE	PGA
Segmentos	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal
Renda Fixa	8,93%	0,30%	0,31%	0,33%	0,00%
Renda Variável	9,33%	9,33%	9,33%	9,33%	0,00%
Imóveis	4,37%	4,37%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	7,35%	8,18%	8,68%	7,73%	0,00%
Inv. Estruturados	1,21%	1,52%	1,52%	1,52%	0,00%
Exterior	10,47%	10,47%	10,47%	10,47%	0,00%
Consolidado	8,46%	3,12%	3,02%	3,15%	0,00%

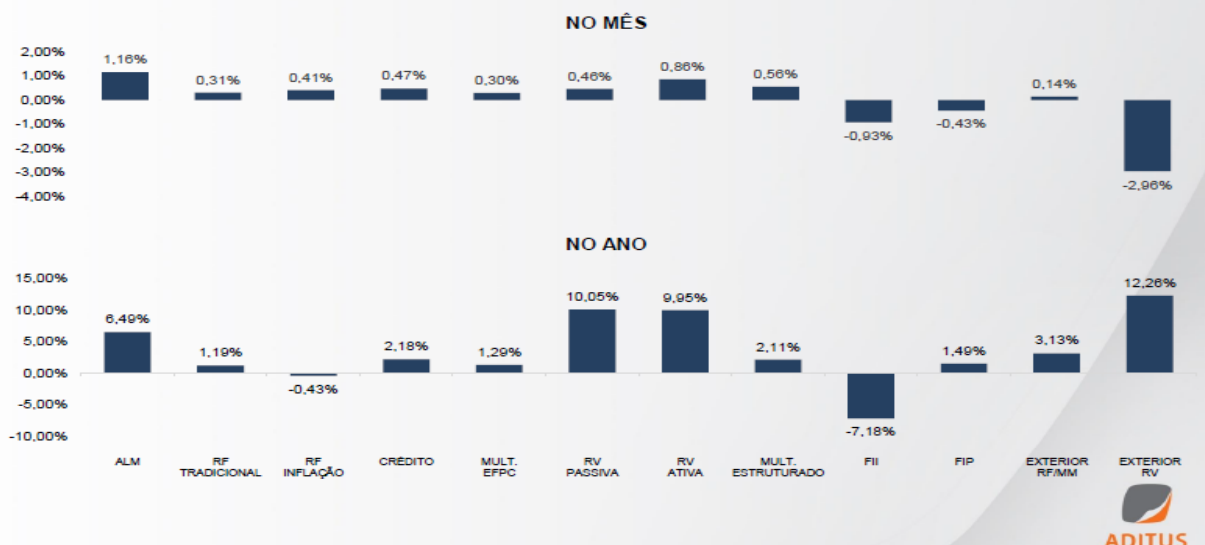
* Composto pelo CD Puro e CD Saldado.

Fonte: MEMO PRG/003/21.

As informações a seguir foram extraídas de relatório elaborado pela consultoria ADITUS

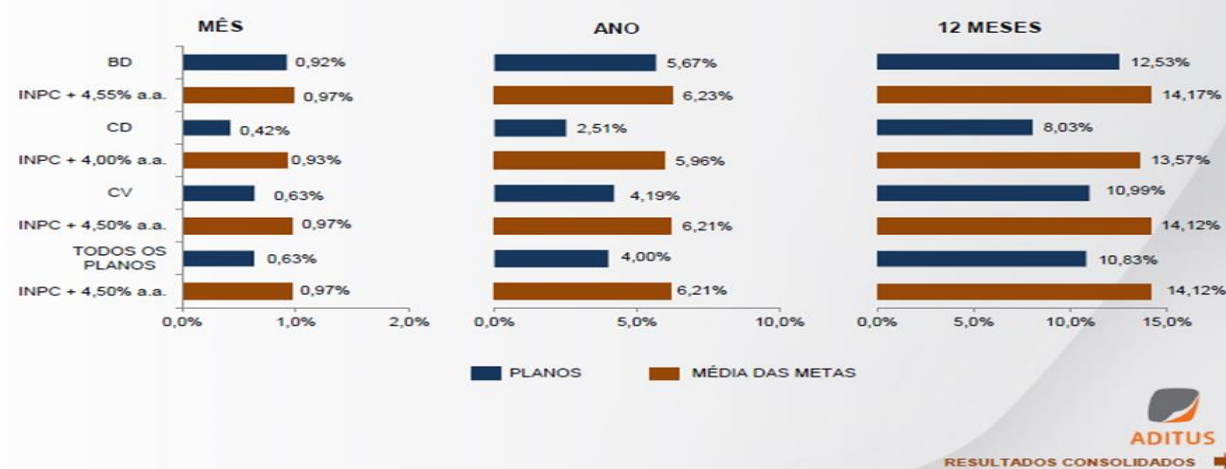
RESULTADOS POR TIPOS DE INVESTIMENTOS

JUNHO - 2021



RESULTADOS DOS CONSOLIDADOS DOS PLANOS

MEDIANA DAS RENTABILIDADES – JUNHO 2021



Fonte: Estudo comparativo de desempenho – ADITUS JUNHO-2021

Analisando as tabelas acima, comparando o estudo realizado pela consultoria ADITUS, com os resultados dos Planos alcançados pela ELETROS, observamos que o Plano de Benefícios BD – Eletrobrás teve resultado superior a mediana da ADITUS (8,46% do Plano BD Eletrobras contra 5,67% da mediana dos Planos BD´s), por conta principalmente da maior concentração em títulos indexados à inflação, no segmento de renda fixa, assegurando rentabilidade para o Plano, com destaque para a carteira ALM. Contudo, deve-se destacar, também, as rentabilidades do segmento de investimento no exterior e da renda variável.

As rentabilidades dos Planos CD Eletrobrás, CV EPE e CV ONS, foram 2,88%, 3,02% e 3,15% respectivamente, também superando a mediana de 2,51% dos Planos CD´s.

O Plano PGA, com ativos exclusivamente em renda fixa apresentou resultado inferior, quando comparado a mediana dos Planos CDs apresentado pelo estudo comparativo da ADITUS. Isto porque a sua Carteira de títulos públicos teve um resultado negativo no período.

	BD Eletrobrás	CD Eletrobrás*	CV ONS	CV EPE	PGA
Segmentos	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal
Renda Fixa	8,93%	0,30%	0,31%	0,33%	0,00%
Renda Variável	9,33%	9,33%	9,33%	9,33%	0,00%
Imóveis	4,37%	4,37%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	7,35%	8,18%	8,68%	7,73%	0,00%
Inv. Estruturados	1,21%	1,52%	1,52%	1,52%	0,00%
Exterior	10,47%	10,47%	10,47%	10,47%	0,00%
Consolidado	8,46%	3,12%	3,02%	3,15%	0,00%

* Composto pelo CD Puro e CD Saldado.

Fonte: MEMO PRG/003/21.

V. Custos com a Administração dos Investimentos

Despesas Diretas de Investimento (R\$ mil)

Classificação da Despesa	Consolidado	Carteira Própria	FIM Renda Fixa	FIA Renda Variável	FI Estruturado
Controladoria	62	25	22	15	0
Gestão	5.451	0	184	5.158	109
ADM	76	0	23	45	9
Custódia	246	106	88	52	0
Performance	2.878	0	0	2.878	0
DOC	0	0	0	0	0
CPMF	0	0	0	0	0
IOF	46	0	46	0	0
CVM	161	0	70	90	1
CETIP	267	87	107	70	3
CBLC	21	6	0	15	0
SELIC	45	20	22	3	0
BACEN	0	0	0	0	0
ANDIMA	0	0	0	0	0
ANBIMA	22	0	9	13	0
Taxa de Swap	0	0	0	0	0
Taxa de Bolsa	30	0	2	28	0
Corretagem RV	1.521	207	0	1.315	0
Emolumentos RV	420	102	0	319	0
Cartório	2	0	0	1	0
Consultoria	0	0	0	0	0
Auditoria	33	0	15	17	0
Tx de Permanência	0	0	0	0	0
Outros	3	0	0	2	0
TOTAL DAS DESPESAS	11.286	552	590	10.022	121

O acréscimo de 40,01% do total de despesa diretas de investimentos, quando comparados os resultados do primeiro semestre de 2020 (R\$ 8.061 mil) e o primeiro semestre de 2021 (R\$ 11.286), pode ser justificado pelo pagamento de taxa de *performance* aos gestores (terceiros) de fundos, em razão da superação de seus *benchmarks*, que se traduziu em maior retorno líquido à ELETROS e, por conseguinte, aos participantes dos Planos de Benefícios administrados pela ELETROS.

Os Planos de Benefícios CD Eletrobrás, CV EPE e ONS possuem mecanismo específico, oferecido pela ELETROS, opções de perfil de investimentos, com cinco (5) modalidades: Agressivo, Moderado, ELETROS, Conservador e Super Conservador.

Assim os participantes dos Planos CD Eletrobrás, CV EPE e ONS podem adotar um dos perfis de investimentos existentes e, semestralmente, podem fazer a realocação dos investimentos de sua carteira, registrando sua opção nos canais informados pela ELETROS.

A escolha de um perfil de investimento, pelos participantes dos Planos CD Eletrobrás, CV EPE e ONS é feita de forma livre e opcional, de maneira que cada participante possa adotar um perfil de investimento que seja mais adequado à sua visão de risco e perspectiva de rendimento.

Nas tabelas a seguir são apresentados os resultados, para o primeiro semestre de 2021, por perfil de investimento, considerando cada um dos ativos de investimento dos Planos de Benefícios CD Eletrobrás, CV EPE e ONS:

Plano CD Eletrobrás

CD ELETROBRÁS	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	-0,11%	-3,91%	0,17%	-3,64%	0,23%	-3,58%	0,30%	-3,51%	0,43%	-3,39%
Renda Variável	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	0,00%	0,00%
Imóveis	4,37%	0,40%	4,37%	0,40%	4,37%	0,40%	4,37%	0,40%	4,37%	0,40%
Empréstimos	8,17%	4,06%	8,18%	4,07%	8,18%	4,06%	8,16%	4,05%	8,15%	4,04%
Inv. Estruturados	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%
Exterior	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	0,00%	0,00%
Consolidado	4,68%	0,70%	3,49%	-0,44%	3,29%	-0,64%	2,29%	-1,60%	0,73%	-3,10%

Fonte: MEMO PRG/003/21.

Plano CV ONS

CV O.N.S	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	-0,01%	-3,81%	0,23%	-3,58%	0,28%	-3,53%	0,40%	-3,41%	0,56%	-3,26%
Renda Variável	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	8,68%	4,55%	8,68%	4,55%	8,69%	4,55%	8,69%	4,56%	8,66%	4,53%
Inv. Estruturados	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%
Exterior	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	0,00%	0,00%
Consolidado	4,59%	0,62%	3,38%	-0,55%	3,18%	-0,75%	2,20%	-1,68%	0,73%	-3,10%

Fonte: MEMO PRG/003/21.

Plano EPE

CV EPE	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	0,14%	-3,67%	0,33%	-3,48%	0,33%	-3,48%	0,40%	-3,41%	0,52%	-3,30%
Renda Variável	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	9,33%	5,17%	0,00%	-3,80%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	7,72%	3,63%	7,72%	3,63%	7,73%	3,63%	7,73%	3,63%	7,73%	3,64%
Inv. Estruturados	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%	1,52%	0,00%
Exterior	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	10,47%	6,27%	0,00%	0,00%
Consolidado	4,65%	0,67%	3,38%	-0,55%	3,19%	-0,74%	2,14%	-1,74%	0,67%	-3,15%

Fonte: MEMO PRG/003/21.

VI. Efeitos da pandemia do COVID-19 - ELETROS

Com relação aos efeitos do Coronavírus, a ELETROS manteve observando as medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionadores estabelecidos pelas autoridades de saúde visando minimizar, tanto quanto possível, eventuais impactos decorrentes da

pandemia do COVID-19. Os impactos operacionais devido às medidas restritivas implementadas pelos governos federal, estadual e municipal estão sendo mitigados sem prejuízo aos participantes.

Relativamente ao tema, consta do Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre a Revisão Limitada das demonstrações contábeis da Eletros em 30.06.2021, o seguinte registro:

“Em referência aos investimentos, ressalta-se o excelente desempenho apresentado pelo Plano BD Eletrobrás, que superou a meta atuarial, devido principalmente à relevante posição em títulos públicos com rendimento vinculado ao IGP-M (NTN-C), sendo essa a principal divergência de desempenho observada em relação aos Planos CD Eletrobrás, EPE e CV ONS.

O desempenho do mercado acionário, medido pelo índice IBrX, neste primeiro semestre de 2021 foi bem positivo, registrando uma alta de 8,8%, em comparação com um CDI acumulado no período de 1,3%. Destaque para inflação (INPC) acumulada, que registrou uma variação de 4% no período.

Dentre os segmentos investidos pela ELETROS os destaques foram a carteira de renda variável, que registrou retorno acima do índice, com uma alta de 9,3% e de investimentos no exterior, resultando num ganho de 10,5%. Assim sendo, os perfis mais agressivos foram destaque em relação aos perfis mais conservadores.”

VII. Exigível Contingencial - Passivos e Ativos Contingentes

A Fundação possui processos de natureza previdencial, trabalhista, cível e fiscal, com prognósticos de perdas remotas, possíveis e prováveis. Os processos com prognóstico de perda provável são reconhecidos pela Fundação na base de determinação de provisões contábeis reconhecidas nas Demonstrações Financeiras do período. Processos com prognóstico de perda possível, não são registradas contabilmente pela Fundação, entretanto divulgadas, quando relevantes, em Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Nesse contexto, o Conselho Fiscal vem acompanhando a evolução das contingências judiciais da Entidade, comparado com a última posição em 31/12/20, conforme relatório: “Revisão das informações contábeis intermediárias”, elaborado pela KPMG auditores independentes, emitido em 27/09/2021, no item 11, subitem 11.1, página 35, em que foi declarado:

Passivos Contingentes:

Os processos com probabilidade de perda possível, não registrados em balanço, representam o montante de R\$ 11.423 mil em junho de 2021 (R\$ 9.886 mil em 31 de dezembro de 2020) e envolvem discussões fiscais, administrativas, ações judiciais de natureza previdencial, trabalhista e cível.”.

Ativo Contingente - OFND

Ação ordinária nº 0123902-36.1991.4.02.5101, ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



(BNDES) e da União Federal, objetivando o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. O trânsito em julgado do mérito ocorreu em 28/09/2008 e o processo entrou em fase de execução. Em 28/11/2013 o Juízo determinou que as entidades beneficiadas pela decisão judicial deveriam ajuizar ações de liquidação, com menor grupo de autores por processo, em que deveriam comprovar as obrigações adquiridas.

Foi distribuída ação sob o nº 0145862-08.2015.4.02.5101, na 4ª Vara Federal, em 27/11/2015, de autoria da ABRAPP, tendo a ELETROS como litisconsorte ativa, além de outros fundos de pensão, tendo sido atribuído valor à causa de R\$ 1.474.207 mil.

Em 08/11/2018 foi proferido despacho determinando a intimação da perita para ciência do depósito dos honorários e a intimação das partes para indicação de assistente técnico e apresentação de quesitos, diligências essas cumpridas pelas partes.

Em 22/01/2021 foi expedida carta de intimação à B3, suposta sucessora por incorporação da CETIP. Em 09/03/2021 a ABRAPP e a União Federal apresentaram petição conjunta pedindo a suspensão do feito por 60 dias para tentativa de composição amigável, tendo o juízo suspenso o curso do processo em 23/03/2021 e novamente por mais 60 dias em 07/06/2021. Ainda não é possível informar o valor atualizado devido à ELETROS, por esse motivo não há registro contábil, sendo necessário aguardar o fim da liquidação para tal. Dado o grau de incerteza, a ABRAPP não classifica a probabilidade de êxito como "praticamente certo" em função de não existir uma data prevista para o seu recebimento e considerando que a mensuração dos valores ainda será alvo de discussão entre as partes. Em conformidade ao NBC TG 25, a Fundação não reconhece em seu Ativo o valor da causa mencionado.

VIII. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

O Conselho Fiscal além de emitir Parecer sobre os testes de aderência–das premissas, hipóteses atuariais e taxas de juros, atua na busca de evidências da aderência das mesmas para os Planos BD, CD e CV, administrados pela Eletros.

As tabelas a seguir apresentam as principais premissas e hipóteses atuariais para os Planos administrados pela Eletros.



PLANO BD Eletrobrás

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2020
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA
Mortalidade de Inválidos	RRB-83
Rotatividade	Nula
Composição Familiar dos ativos	70% casados e mulher 9 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	INPC
Fator Capacidade	0,98
Crescimento salarial	1,00%
Probabilidade de entrada em aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria integral
Taxa real de juros	4,50% a.a.

Fonte: MEMO-DB/DBA – 007/21

Planos CDs e CV administrados pela ELETROS

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2020
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina
Composição Familiar para os ativos do Plano BPDS	85% casados e mulher 4 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio / INPC
Fator Capacidade	0,98
Taxa real de juros	4,50% a.a.

Fonte: MEMO-DB/DBA – 007/21

Em relação aos Planos CD Eletrobrás, CV ONS e CV EPE, verifica-se que a massa de participantes e assistidos não sofreu variações significativas no primeiro semestre de 2021. Dessa forma, as hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2020 dos Planos supracitados permanecem aderentes às características da massa de participantes e assistidos dos referidos Planos. Em relação ao Plano BD Eletrobrás, observa-se que a massa de participantes e assistidos não sofreu variações significativas no primeiro semestre de 2021. Dessa forma, as hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2020 do Plano BD Eletrobrás permanecem aderentes às características da massa de participantes e assistidos.

As hipóteses de taxas reais de juros que válidas de 31/12/2020 até 30/06/2021 são:



PLANO	Hipóteses válidas de 31/12/2020 a 30/06/2021
BD Eletrobrás	4,50%
CD Eletrobrás	4,50%
CV ONS	4,50%
EPE	4,50%

Entre outras premissas, a área atuarial da Eletros, Gerência Atuarial - DBA e a Consultoria Willis Towers Watson (Plano BD) consideraram adequadas e aderentes, ao qual o CFE emitiu parecer após análise de apresentações e documentação.

a. Plano BD ELETROBRÁS - Patrimônio de Cobertura x Passivo Atuarial

O Plano BD apresenta equacionamentos em andamento (2011, 2013 e 2015) com previsão de contribuições definidas em percentual da folha de salário real de contribuição/Benefícios:

Empregados ativos	mar/21	abr/21	
Contribuição Normal média	13,90%	14,09%	Prazo (em dez/20)
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	4,25%	4,02%	2 anos e 7 meses
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	24,22%	24,26%	3 anos
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	4,94%	4,79%	14 anos e 3 meses
Total	47,31%	47,16%	

Aposentados	mar/21	abr/21	
Contribuição Normal média	7,82%	7,80%	Prazo (em dez/20)
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	2,11%	2,08%	13 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	11,23%	11,54%	13 anos e 8 meses
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	6,58%	6,65%	14 anos e 3 meses
Total	27,74%	28,07%	

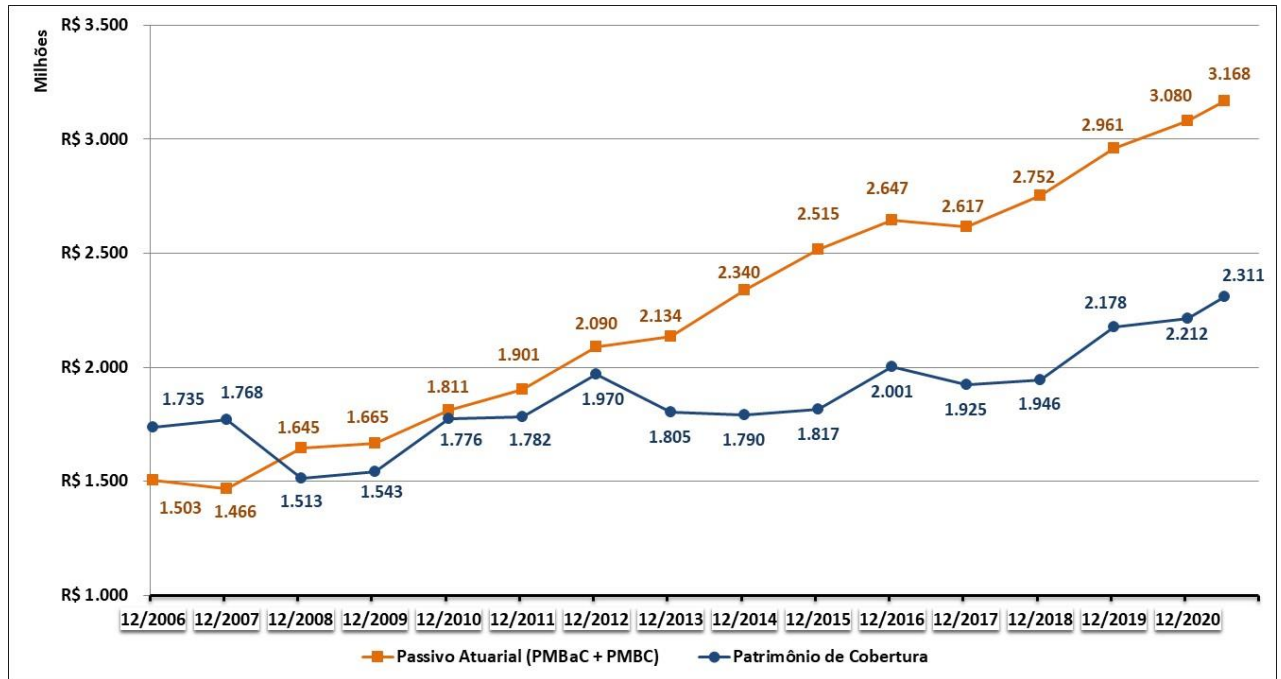
Pensionistas e optantes pelo BPDs	mar/21	abr/21	
Contribuição Normal média	0,00%	0,00%	Prazo (em dez/20)
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	0,00%	0,00%	NA
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	0,00%	0,00%	NA
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	6,58%	6,65%	14 anos e 3 meses
Total	6,58%	6,65%	



Fonte: MEMO-DB/DBA – 007/21

Apresentamos abaixo o gráfico contendo a evolução do Passivo Atuarial x Patrimônio de Cobertura do Plano BD Eletrobrás até 30/06/2021.

Plano BD Eletrobrás - Patrimônio de Cobertura x Passivo Atuarial até 30/06/2021

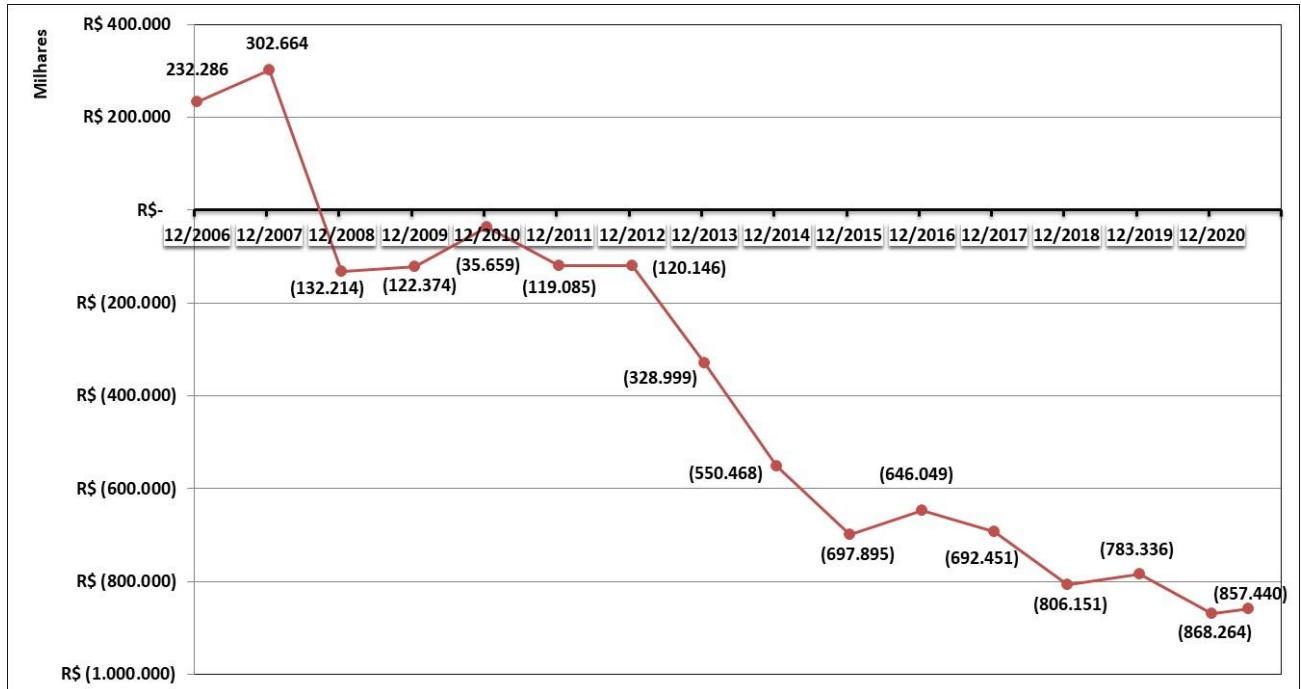


* Patrimônio de cobertura não inclui as "Operações Contratadas".

PMBaC = Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder

PMBC = Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos

Plano BD Eletrobrás – Histórico dos “Déficits” – Excesso / (Insuficiência) até 30/06/2021



Excesso / (Insuficiência) = Patrimônio de Cobertura do Plano - Passivo Atuarial

b. Vesting – Plano BD Eletrobrás

Nos anos 1990 foi instituído Empréstimo Especial *Vesting* (EEV) destinado a participantes que perderam vínculo empregatício com a patrocinadora a até 60 meses de completar as condições de usufruir do benefício de aposentadoria do Plano BD Eletrobras. O empréstimo fora concedido de forma parcelada, sendo que o valor pago mensalmente corresponderia ao valor do benefício projetado para a data da sua aposentadoria na Eletros, sendo o percentual máximo de desconto incidente sobre a complementação de aposentadoria definido individualmente nos respectivos contratos celebrados entre o participante e a Eletros.

Dos atuais 26 contratos ativos relativos a participantes do citado Plano BD, verifica-se que os descontos destinados à sua amortização variam de 10,48% a 35,16% do valor bruto do benefício BD, sendo que a taxa de remuneração do crédito da Eletros para 4 dos contratos, corresponde ao INPC acrescido de 0,5% a.m. e, nos 22 outros contratos incidem a taxa atuarial acrescido de prêmio de risco e taxa de administração.

Dentre as condições pactuadas à época, a quitação do empréstimo se daria de forma vitalícia, ou com recursos próprios do beneficiário, à sua escolha e a qualquer tempo, neste caso mediante pagamento integral do saldo devedor (SD) existente, sendo previsto, também, o pagamento de seguro prestamista incidente sobre a parcela do empréstimo mensalmente liberado. Ocorrendo o falecimento do beneficiário, o saldo devedor ainda existente é descontado do Fundo Garantidor de Empréstimos - FGE.

Na ata da 414ª reunião do CFE, de 26/10/2020, este Conselho havia verificado, após apresentação da Diretoria Executiva, aspectos os quais indicam de que os empréstimos realizados sob os critérios do *Vesting* apresentam potencial frustração de realização,

materialmente relevante, o que poderia impactar nos cálculos atuariais que envolvem o processo de migração do plano BD para o plano CD puro Eletrobras. Diante os dados preliminarmente analisados pelo CFE, todos baseados na apresentação feita no curso da reunião de 26/10/2020, o Colegiado decidiu por fazer constar naquela ata alguns aspectos observados.

Registre-se que a soma dos saldos devedores dos Empréstimos Especiais *Vesting* é crescente, conforme pode ser verificado, em 30/06/2021 (R\$ 13.125.801,80), tendo o FGE, na mesma data, o montante de R\$ 10.068.884,73 milhões para a totalidade dos empréstimos concedidos no plano. Cabe destaque que o controle e atualização do FGE é realizado de forma escritural, não tendo sido criada uma carteira específica para que fossem realizadas as entradas e saídas de recursos do FGE. Tal distorção depreende-se se dá por equívocos, a nosso juízo, na formatação inicial dos instrumentos contratuais, notadamente pelos mesmos estabelecerem um percentual máximo de desconto vitalício para sua quitação, e que o pagamento do seguro prestamista ocorreria somente enquanto o participante estivesse recebendo o empréstimo, ou seja, sacando os recursos, sem uma preocupação, à primeira vista, com a efetiva realização do crédito, valendo dizer, do investimento da Fundação em mãos de terceiros.

Tal contexto leva a 3 cenários identificados pela apresentação feita a este Colegiado, sendo:

Cenário 1 – Possibilidade de saldo devedor crescente (19 de 26 dos empréstimos *Vesting* - BD) uma vez que o valor pago mensalmente é um percentual do benefício ELETROS, há possibilidade de que os pagamentos mensais não sejam suficientes para a quitação do saldo devedor até o falecimento do participante (% média de desconto = 22,62%);

Cenário 2 – Possibilidade de ausência de FGE quando do falecimento do último mutuário, de um saldo devedor crescente, sendo a provável perda suportada pelo patrimônio do Plano BD Eletrobrás, equivalendo dizer, pelo coletivo dos participantes, mesmo não tomadores do *Vesting*, dado o caráter de mutualismo do Plano; e,

Cenário 3 – Não pagamento de seguro prestamista uma vez que, contratualmente, foi estabelecido que só seria descontado na fase de saque do empréstimo, pelo que não foi, e nem está sendo cobrado seguro prestamista desse grupo, em que pese o fato de que em caso de sinistro, o saldo devedor ser descontado do FGE.

Diante destes fatos, em debate com a Diretoria Executiva na 414ª. reunião deste Conselho, visando identificar alternativas de preservação do patrimônio da Fundação, valendo dizer, dos participantes, em especial aqueles sob regime de mutualismo não beneficiários da figura do *Vesting*, levantou-se a hipótese, que entendemos deva ser juridicamente aprofundada, qual seja, a avaliação sobre a possibilidade, ou não, através de negociação bilateral e/ou coletiva, buscar renegociar os contratos de Empréstimo Especial *Vesting* para passar a prever, considerando um ambiente de migração de Planos, (a) no caso de devedores que optem por permanecer no Plano BD: (i) parcelamento do saldo devedor de tal forma que o mesmo efetivamente seja quitado dentro da expectativa de vida do devedor, de forma a não onerar os demais participantes; (ii) cobrança de seguro prestamista proporcional ao saldo devedor; e (b) no caso de devedores que optem pela migração do Plano BD para o plano CD, que o saldo devedor existente seja integralmente levado para o contexto do Plano CD e o mesmo seja descontado, em caso de falecimento do devedor, do saldo de sua respectiva reserva.



Considerando eventual frustração das alternativas, recomenda-se estudar a possibilidade de elaboração de cálculo atuarial específico para fundamentar adequadamente uma PCLD – EMPRÉSTIMOS para contemplar o possível *default* do EEV; agravar o custo do seguro prestamista cobrado dos novos empréstimos financeiros (não *Vesting*), com objetivo de constituir um adequado FGE que suporte *defaults* do EEV; estudar medidas compensatórias à rentabilidade negativa da carteira de empréstimos do Plano BD Eletrobrás (*Vesting*) dado decorrer os EEV, com suas distorções, à época de sua respectiva concessão, recomendando, também, que tais análises ocorram de forma prévia ao processo de migração, dado sua repercussão no processo decisório dos participantes, notadamente do Plano BD.

Na ocasião da 414ª reunião deste Colegiado, fora determinado que fosse dado conhecimento formal ao CDE, objetivando sua análise e eventuais atos julgados necessários com base no aqui exposto.

Na ocasião da 428ª. Reunião deste Colegiado, após esclarecimentos, o CFE manifestou preocupação no que se refere à eventual falta de adequado nível de conhecimento por parte dos participantes dos eventuais impactos e reflexos sobre suas reservas, em razão do *Vesting*, pelo que recomendou a necessidade de identificar os riscos relacionados ao tema recomendando, ainda, que os mesmos fossem destacados no material de divulgação/orientação do processo de migração a ser disponibilizado aos participantes; reiterou a recomendação de avaliação do tema antes do início da migração, conforme manifestações anteriores constantes das Atas das reuniões 423ª e 425ª deste Colegiado.

c. Maturidade e Solvência dos Planos

Na tabela a seguir são apresentados retrato de 30/06/2021 dos percentuais de grau de maturidade e graus de solvência bruto e líquido.

PLANO	GRAU DE MATURIDADE	GRAU DE SOLVÊNCIA BRUTO	GRAU DE SOLVÊNCIA LÍQUIDO
BD ELETROBRÁS	94,77%	71,69%	92,55%
CD ELETROBRÁS	65,76%	100,54%	99,00%
CV ONS	34,38%	101,47%	100,00%
EPE	10,64%	104,20%	100,00%

Fonte: MEMO-DB/DBA – 007/21



O CFE destaca a diferença para o grau de solvência bruto e líquido do Plano BD Eletrobrás, que se dá pelos déficits em equacionamento, conforme destacado anteriormente. O conselho fiscal segue atento aos equacionamentos, assim como os desdobramentos das contribuições do TAC assinado que foi cumprido por parte da Eletros em março/2020. No Plano BD há R\$ 690.136.535,76 de provisões matemáticas a constituir (Déficits 2011, 2013 e 2011) e R\$ 158.518.352,54 de déficit técnico acumulado (última apuração de 31/12/2020), frente a um patrimônio de cobertura de R\$ 2.212.091.517,75. Esses valores explicam a grande diferença entre o grau de solvência bruto e líquido.

IX. Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária

Ao longo do 1º semestre de 2021, o Conselho Fiscal apreciou os acompanhamentos orçamentários mensais, conforme constam nas Atas das reuniões periódicas realizadas neste período.

Com relação a execução orçamentária observamos variações entre o previsto e o realizado, conforme comentado a seguir:

1- Provisões Atuariais

Consta do Memorando DB/DBA-006/2021 os registros a seguir, no que tange a Variação (previsto x realizado) das Provisões Atuariais do Plano BD Eletrobrás e da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás:

Para fins de orçamento (elaborado nos meses de agosto e setembro de 2020), a DBA estimou a evolução das provisões matemáticas dos Planos até o encerramento de 2021 teoricamente (desde junho de 2020), considerando a inflação projetada para o ano de 2021 (à época da elaboração do orçamento, a expectativa de inflação para 2021 era de 3,20%, ou seja, cerca de 0,26% ao mês). Cabe ressaltar, que no momento da elaboração desta manifestação já se observava um índice inflacionário que irá exceder, consideravelmente, a inflação projetada à época da elaboração do orçamento.

Destacamos que as provisões matemáticas da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás são recalculadas mensalmente utilizando a variação do INPC com 1 mês de defasagem, enquanto as provisões matemáticas do Plano BD Eletrobrás são apuradas mensalmente de forma teórica através de planilha disponibilizada pela consultoria atuarial responsável pelo Plano, Willis Towers Watson.

Seguem as justificativas para a variação da conta "Constituição/Reversão de Provisões Matemáticas" do Plano BD Eletrobrás e da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás no período de janeiro a junho de 2021:



	Plano	BD Eletrobrás	BPDS
A	(-) Variação prevista	R\$ 30.398.873	R\$ 4.837.808
B	(-) Variação realizada	R\$ 86.086.779	R\$ 20.047.096
C = B - A	Diferença a justificar	R\$ 55.687.905	R\$ 15.209.287

Impacto em função de:			
D	INPC realizado > INPC esperado	R\$ 70.134.048	R\$ 12.504.508

F = C - D	Outros (Ganhos) / Perdas atuariais e/ou financeiras no período:	-R\$ 14.446.142	R\$ 2.704.779
-----------	---	-----------------	---------------

Fonte: MEMO - DB/DBA-006/2021

Destacamos que no mês de janeiro de 2021, houve acréscimo no passivo atuarial do Plano BD Eletrobrás consideravelmente superior ao esperado, uma vez que a inflação INPC do mês de dezembro de 2020 foi de 1,46% (o valor esperado para o mês era igual a 0,50%).

Os "Outros (Ganhos) / Perdas atuariais e/ou financeiras no período" justificam-se, uma vez que o Patrimônio de Cobertura do Plano BD Eletrobrás monta, em 30/06/2021, R\$ 2,48 bilhões.

2 - Variação (previsto x realizado) das Provisões Atuariais da Parcela CV do Plano CD Eletrobrás:

A variação das Provisões Atuariais dessa Parcela foi estimada, à época do orçamento, pela Gerência de Investimentos da Eletros considerando a rentabilidade projetada para o ano de 2021.

As variações das contas "Constituição/Reversão de Provisões Matemáticas" justificam-se considerando que as rentabilidades acumuladas de janeiro a junho de 2021 para os Planos CD Eletrobrás, CV ONS e EPE.

- Superávit / Déficit do período

Considerando que a rentabilidades da Parcela "Renda Vitalícia" do Plano CD Eletrobrás ficou abaixo do esperado para o período de janeiro a junho de 2021. Com isso, houve redução do superávit no período em questão.

Já para os Planos BD Eletrobrás e CV ONS, observamos que a rentabilidade ficou acima do esperado para o período de janeiro a junho de 2021. Com isso, houve redução do déficit técnico acumulado no período em questão.

- Constituição / Reversão de Fundos Previdenciais

Referem-se às oscilações nos fundos previdenciais em razão dos créditos referentes às sobras de resgates, às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadoras para custeio dos Benefícios não programáveis e dos débitos relativos às transferências do fundo de riscos para as contas individuais dos participantes em decorrência das concessões de



Benefícios não programáveis, bem como custo mensal da apólice de seguro contratada, se cabível.

Ressaltamos que quanto maior o saldo do Fundo de Riscos, mais recursos estarão disponíveis para garantir o pagamento dos Benefícios de risco.

A contas "Constituição / Reversão de Fundos" no período de janeiro a junho de 2021, apresentaram as variações apresentada na tabela abaixo:

Plano	CD Eletrobrás	CV ONS	EPE
Fundos Previdenciais em dez/20	R\$ 43.444.985	R\$ 10.799.519	R\$ 4.800.973
Fundos Previdenciais em jun/21	R\$ 45.349.588	R\$ 11.199.446	R\$ 5.007.482
(-) Variação prevista	R\$ 751.003	R\$ 183.173	R\$ 52.752
(-) Variação realizada	R\$ 1.904.604	R\$ 399.927	R\$ 206.510

Fonte: MEMO - DB/DBA-006/2021

A "Variação realizada" dos Fundos Previdenciais dos Planos CD Eletrobrás, CV ONS e EPE justifica-se considerando que a rentabilidade observada no período.

3 - Contingências

O MEMO-PR/PRJ - 020/21, datado de 03 de setembro de 2021, apresenta as justificativas referentes às variações orçamentárias entre Previsto e Realizado do Item "Constituições/Reversões de Contingências" da Demonstração de Resultado, no período de janeiro a junho de 2021, nos Planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS e PGA.

Sobre o tema foi registrado que houve variação orçamentária entre o Previsto e o Realizado das Contingências de janeiro a junho de 2021, considerando não ser possível mensurar com exatidão o Previsto de cada período. O Previsto, em relação à Contingência, que engloba os valores que serão contingenciados no ano seguinte, depende de diversos fatores, tais como o recebimento de citação de novos processos, a realização e apresentação em juízo de cálculos atuariais e periciais, o fornecimento de informações pela ELETROBRAS e eventual intimação para pagamento de valores de emolumentos e condenações.

Dessa forma, o Previsto é fornecido tomando por base o Previsto do ano anterior, atualizado automaticamente pelo sistema e distribuído ao longo dos meses. O Realizado, por sua vez, é fornecido pela DFC e obtido a partir das contingências solicitadas pela PRJ quanto aos processos com prognóstico de perda provável, eventuais emolumentos e demais valores pagos não contingenciados, depósitos judiciais e outras informações.

4- Indicadores de Desempenho de Gestão

Os indicadores da gestão administrativa foram estabelecidos no capítulo VII, Art. 19 do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa:



- I. Despesas Administrativas em relação aos recursos garantidores;
- II. Despesas Administrativas com pessoal e encargos em relação aos recursos garantidores;
- III. Limite da taxa de administração;
- IV. Índice de cobertura das despesas administrativas;
- V. Despesas administrativas em relação ao fundo administrativo; e
- VI. Constituição/Reversão do fundo administrativo.

Anualmente, o CDE aprova as metas para os indicadores da gestão administrativa. Com base no acompanhamento efetuado, abaixo, apresentamos as variações no 1º semestre de 2021 e na sequência os principais fatores:

Acumulado até jun.2021

Descrição	Interpretação	Previsto	Realizado	Varição
I. Despesas Administrativas / Recursos Garantidores	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de seus recursos garantidores e de suas despesas administrativas.	0,2934%	0,2449%	-16,5422%
II. Despesas Administrativas com Pessoal e Encargos / Recursos Garantidores	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de seus recursos garantidores e de suas despesas administrativas com pessoal e encargos.	0,1845%	0,1665%	-9,7149%
III. Custeio Administrativo / Recursos Garantidores	Quanto maior o percentual, mais próximo a entidade estará de comprometer o limite de transferência do custeio administrativo.	0,1952%	0,1921%	-1,5842%
IV. Receitas Administrativas / Despesas Administrativas	Como tendência, quanto maior o indicador, melhor o resultado apurado no período.	91,4410%	87,6202%	-4,1785%
V. Despesas Administrativas / Fundo Administrativo	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de suas despesas administrativas.	13,3785%	11,6688%	-12,7794%
VI. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo / Fundo Administrativo do exercício anterior	Quanto maior o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na manutenção do crescimento real do Fundo Administrativo.	-1,1450%	-1,4434%	26,0588%

Com exceção dos indicadores IV. Índice de cobertura das despesas administrativas e VI. Constituição/Reversão do fundo administrativo, os demais indicadores apurados tiveram resultados dentro do esperado ou superaram os índices previstos, demonstrando eficiência da Entidade na gestão de suas despesas administrativas. Cabe esclarecimento adicional ao indicador IV, pois embora as despesas administrativas realizadas tenham variação de -12,35% com relação ao previsto, a variação das receitas realizadas com relação ao previsto foi de 16,01%, ou seja, superior à variação das despesas administrativas.

X. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade

A Gestão Integrada de Riscos deve estar alicerçada na identificação, monitoramento e controle dos fatores de risco que impactam os objetivos da Entidade, cabendo aos seus dirigentes aprovar e rever de forma periódica a estratégia adotada para seu gerenciamento,

o que envolve a identificação destes riscos a que a Entidade está exposta, o estabelecimento de níveis aceitáveis de tomada de risco, com permanente gerenciamento e com o objetivo de medir, monitorar e controlar os riscos identificados.

O processo de gerenciamento de riscos da Entidade deve buscar identificar e considerar fatores internos – Planos administrados; qualificação técnica dos profissionais; estrutura organizacional, bem como fatores externos – cenário econômico-financeiro.

Em 29 de janeiro de 2021, o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da estrutura organizacional com redefinição de atribuições e responsabilidades, com funcionamento a partir de 01 de março de 2021. Destaca-se como fatos relevantes da referida reestruturação:

- (i) criação da área de Auditoria Interna se reportando ao Conselho Deliberativo;
- (ii) absorção, pela Diretoria de Benefícios Previdenciários, dos processos de Seguros e Empréstimos; e
- (iii) manutenção da gerência de Relacionamento e Benefícios contendo a gestão dos processos de cadastro/adesão, arrecadação, convênio INSS, concessão de benefícios e folha/gestão de benefícios.

a. Gestão de Riscos

A partir da vigência da nova estrutura organizacional da Eletros, em março 2021, foi estruturado o Relatório de Riscos de Investimentos demonstrando o acompanhamento mensal da área de riscos e da Diretoria a partir de abril/21, conforme determinam as boas práticas e a Política de Investimento. Esse produto demonstra o acompanhamento realizado, por meio de indicadores, dos riscos de: crédito; liquidez, mercado; legal (aderência à política de investimento; aderência à resolução 4.661; aderência das rentabilidades e aderência ao regulamento de gestão interna e externa).

Em junho de 2021, este CFE verificou que a área de riscos – PRG reavaliou a matriz de riscos da Diretoria de Benefícios, dando ênfase aos riscos por inadequação à LGPD e sugeriu a implementação pontual de controles em alguns processos da referida diretoria, valendo-se de consultoria independente – PG Advogados, contratada para avaliação da aderência da Entidade aos preceitos da LGPD, que emitiu Relatório, em 21 de julho de 2020, sobre o ambiente de conformidade da Entidade à nova legislação de proteção de dados.

O Relatório emitido pela consultoria independente recomenda um rol de ações a serem adotadas pela Entidade para a plena aderência às diretrizes e dispositivos da LGPD, sugerindo o estabelecimento de cronograma de implementação das medidas entendidas como necessárias.

O conselho Fiscal, para o período em análise desta manifestação, obteve algumas evidências de realização de ações capitaneadas pela DEE e de diversas áreas técnicas, no sentido de evoluir com a adequação os processos à LGPD, dentre as quais podemos citar:

1. revisão de contratos com fornecedores;
2. criação do DPO (*Data Protection Officer*), em 01/05/2021; e
3. implementação do Comitê da Segurança da Informação e Privacidade – CSIP.



No ambiente do CSIP foi estabelecido um planejamento de trabalho que teve como referência o citado trabalho elaborado pela consultoria, como foi possível ser identificado por registro na ATA CSIP 003/2021, de reunião realizada em 02/06/2021, onde se verifica que *"Foi dado início à elaboração de um plano de trabalho inicial para revisar os contratos pendentes e adequar os normativos e políticas à realidade da Eletros. Esse cronograma será monitorado de perto pelo DPO, que apresentará em todas as reuniões do CSIP a atualização do mesmo"*.

O Conselho Fiscal, no que se refere ao ambiente LGPD na Entidade, recomenda que o DPO, em conjunto com a CSIP, incremente elementos de aprimoramento ao seu plano de trabalho, evidenciando a descrição dos critérios de priorização das ações, bem como estabeleça métricas de medição da evolução dos trabalhos, de forma que toda a estrutura de gestão da Eletros possa efetuar o adequado e tempestivo acompanhamento do processo, de maneira uniforme para todos os usuários da informação.

Neste sentido o CFE recomenda, também, e no mesmo sentido, que os principais riscos corporativos identificados no âmbito da Entidade - estratégicos, investimentos, operacionais, previdenciários e de conformidade, sejam geridos de forma sinérgica, e acompanhados por meio de indicadores previamente estabelecidos, de forma a possibilitar uma visão integrada do ambiente de controles, igualmente de maneira uniforme para todos os usuários da informação e dentro da lógica de que controles internos devem ser permanentemente revisados no sentido de sua constante evolução dentro natural dinâmica de adaptação aos processos da Fundação.

Neste contexto, este Colegiado irá colocar em sua pauta a avaliação, em conjunto com a administração da Entidade, a criação de um Comitê de Riscos e Controles Internos, como órgão de assessoramento à gestão, por entender ser um agregador de valor ao ambiente de controles da Eletros.

b. Controles Internos

(i) Auditoria Externa

Um ponto de controle relevante é o fato da Fundação contar com os serviços de auditoria independente executado pela KPMG Auditores Independentes, para revisar e emitir opinião sobre as demonstrações contábeis da Entidade. Como decorrência, a KPMG emitiu seu Relatório de Revisão Limitada sobre as demonstrações contábeis do período findo em 30 de junho de 2021, datado de 27 de setembro de 2021 onde cabe destacar que a opinião foi sem ênfases ou ressalvas, e de que as demonstrações contábeis intercalares da Entidade apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletros, e individual por plano de benefício, em 30 de junho de 2021, assim como o desempenho de suas operações no período estão de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC.

Este CFE reuniu-se com a equipe de auditores da KPMG, em 23/09/2021, sendo parte integrante da pauta da 428ª reunião do CFE.



Relativamente a eventos subsequentes cabe ressaltar o destaque mencionado no relatório de demonstrações contábeis do período, a respeito da cisão da Eletros Saúde, que cita: “... Em 13/05/2021, por intermédio da Portaria nº 284, a PREVIC autorizou a referida cisão, porém, somente em 12/08/2021 houve a averbação por parte do Registro Civil de Pessoas Jurídicas (RCPJ). Portanto, os ativos e passivos registrados atualmente na gestão assistencial da ELETROS, serão transferidos para a Associação de Assistência à Saúde – ELETROS SAÚDE. Como efeito desta operação, o patrimônio total da ELETROS será reduzido no equivalente ao patrimônio da gestão assistencial, que em 30 de junho de 2021, corresponde a R\$ 55.198 mil”.

(ii) Auditorias Interna e das Patrocinadoras

- a) Em decorrência da nova estrutura organizacional, no segundo trimestre de 2021 foi aprovado o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI pelo Conselho Deliberativo. Portanto, o CFE irá acompanhar os resultados dos trabalhos executados em consonância com o PAAI.
- b) As Patrocinadoras realizam auditorias periódicas na Fundação e as ações para atendimento às recomendações decorrentes dos trabalhos dessas auditorias são periodicamente acompanhadas pela Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Com relação ao acompanhamento das recomendações anteriores, de acordo com o relato da Auditoria Interna - AUD há apenas uma recomendação em andamento, qual seja “Segregação de Planos por CNPJ”, cujo status atual conta com a observação de que “Ainda não pode ser implementado porque falta a regulamentação da Receita Federal. - Conclusão Aguardando regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB. Entretanto no dia 23/12/2020 a CMN emitiu resolução permitindo a transferência de ativos entre Planos Previdenciários. Contudo, essa ação não é suficiente para emissão de CNPJ por Planos.”.

(iii) Ambiente de Controles Internos

De acordo com as boas práticas e com o Código de Autorregulação em Governança Corporativa, os processos organizacionais das empresas devem obedecer a uma sequência programada e formalizada de atividades a serem monitoradas com o auxílio de pontos de controle.

Nesse sentido, no período foco desta manifestação, o CFE identificou ações da Diretoria de Benefícios, em maio e junho de 2021, para reavaliar os requisitos e indicadores da qualidade da DB e aprovar ações no sentido de revitalizá-los.

A partir dessas ações foi possível observar acompanhamento da Diretoria nos indicadores de: Nível de serviço do atendimento telefônico; número de tickets não resolvidos a mais de 4 dias; número de reclamações via atendimento; número de não conformidades; fechamento da carteira de empréstimos; perda decorrente da carteira de empréstimos; percentual de participantes que se desligaram das patrocinadoras e se mantiveram no plano de previdência; data de envio das cartas de cobrança mensais às patrocinadoras.



Com relação aos demais aspectos orientados ao ambiente de controles internos que visam manter a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados e/ou informações, não identificamos indicadores que permitam avaliação e acompanhamento do desempenho e da eficácia dos controles internos associados.

Neste sentido o CFE recomenda que sejam estabelecidos indicadores que permitam avaliar a eficácia dos controles internos, bem como seja estabelecido acompanhamento integrado e periódico das ações para implantar controles que visam minimizar os riscos identificados e priorizados pela administração.

c. Canal de Denúncias da Entidade

A Entidade conta com um Canal de Denúncias terceirizado, operado pela empresa Resguarda do Brasil Serviços de Consultoria em Gestão de Riscos Ltda., sendo denominado Canal de Integridade da Eletros, tendo entrado em operação em fevereiro de 2020. Foi dado conhecimento ao CFE, a partir das informações prestadas pela área de Auditoria Interna da Eletros, de que no período em análise, ocorreu uma (1) única denúncia no canal sendo que a mesma foi analisada, tratada e classificada como improcedente por estar relacionada a fatos supostamente ocorridos fora da circunscrição da Eletros, bem como estar desprovido de evidências que comprovassem a veracidade dos fatos relatados.

d. Planejamento Estratégico

O Conselho Deliberativo da Eletros - CDE na 432ª reunião realizada em 26/04/2021 aprovou o Planejamento Estratégico (PE) 2021-2024. Considerando que os planos de ação para alcance dos objetivos estratégicos, cronograma e responsáveis foram definidos após o período de análise desse Relatório, o CFE não tece comentários nesta manifestação.

XI. Acompanhamento de recomendações do Conselho Fiscal:

Ao longo do cumprimento de seu programa de trabalho, o CFE identifica oportunidades de aperfeiçoamento de processos e controles, exarando diversas recomendações apontadas ao longo da presente Manifestação que serão acompanhadas em período subsequente.

XII. Conclusão

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL



Em cumprimento das disposições estatutárias e legais, em especial ao que determina a Resolução CGPC nº 13 de 1º de outubro de 2004, para consubstanciar a emissão deste Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal referente ao 1º semestre de 2021, este Conselho Fiscal valeu-se de informações e evidências para acompanhar as ações da administração e relata que, entre outros, os seguintes aspectos mais relevantes foram foco das reuniões mensais:

1. O processo de migração do Plano BD Eletrobras, que contou com assessoria técnica e jurídica especializada para suporte das ações internas da Eletros;
2. O Planejamento Estratégico para o período de 2021 a 2024 - macros ações e cronograma para alcance dos objetivos;
3. A Política de Investimentos;
4. A Execução orçamentária;
5. A certificação dos dirigentes, conselheiros e membros dos comitês de investimento;
6. Indicadores de qualidade foram revisados e a matriz de riscos da Diretoria de Benefícios foi reavaliada com foco aos riscos de possíveis sanções por inadequação à LGPD;
7. Os resultados dos Indicadores de Gestão do Plano de Gestão Administrativa – PGA;
8. Os relatórios da auditoria independente e das auditorias internas das patrocinadoras, bem como a implementação das recomendações apresentadas.

Como decorrência, o Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, com base nas verificações e análises efetuadas no desempenho de seu programa de trabalho, e considerando o Relatório de Revisão Limitada sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Entidade, elaborado conforme preceitua as Normas de Auditoria vigentes, o Conselho Fiscal, com base nas análises efetuadas no cumprimento de seu programa de trabalho e nos esclarecimentos sobre os controles internos prestados pela Diretoria Executiva e pela auditoria independente e à vista do Relatório sobre a revisão de informações dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, em 27 de setembro de 2021, e observados os termos do presente Relatório, não teve conhecimento de nenhum fato ou evidência que indique que as informações, inclusive aquelas incluídas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias e nas correspondentes Notas Explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, não estejam em condições de serem tomadas com válidas e utilizadas pelos diversos usuários das informações.



O processo de Gestão Baseada em Riscos e Controles Internos, tal como sua fiscalização são processos contínuos e deve ser visto como um ciclo virtuoso, uma vez que visa atender aos requisitos de transparência da gestão e sua prestação de contas, permitindo maior grau de monitoramento por todas as partes interessadas. O conjunto das informações apresentadas neste Relatório, complementadas pelo Relatório de Revisão Limitada sobre as Demonstrações Contábeis do período findo em 30 de junho de 2021 emitido pelos Auditores Independentes da Entidade, bem como os Relatórios Gerenciais das áreas técnicas e da PRG, permite ao CFE entender que as informações sobre Risco, Controles Internos e Conformidade concernentes ao período abrangido, estão suficientemente abrangidas, em seus aspectos relevantes, devendo ser considerada como parte do processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, contudo não devendo se limitar a estes, sendo certo que a gestão de riscos e controles internos é uma ação contínua com vistas ao seu aprimoramento constante.

As informações apresentadas neste Relatório, complementadas pelos documentos de referência, os quais devem ser lidos em conjunto, devem ser considerados como parte do processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, contudo não devendo se limitar a estes.

Esta manifestação deverá ser levada ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem caberá decidir sobre as providências que, eventualmente, devam ser adotadas. Deverá, ainda, permanecer na Entidade à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

XIII. Documentos de Referência:

- Legislação e normativos citados.
- Relatórios de Investimentos.
- Memorando DF/GIN 005/2021
- Memorando PR/PRJ - 020/21
- Relatório Gerencial de Riscos.
- Relatório sobre as Demonstrações Intermediárias – Revisão Limitada – KPMG
- Balancetes dos Planos de Benefícios e do PGA.
- Política de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA.
- Memorando DB/DBA 006/2021.
- Memorando DB/DBA 007/2021.
- Relatórios de Acompanhamentos Orçamentários e Memorandos de Justificativas que compõem os Relatórios trimestrais respectivos.
- Atas dos Comitês Temáticos.

XIV. Glossário de Termos:

BD ELETROBRÁS – Plano de benefício definido dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS.



CD ELETROBRÁS – Plano de contribuição definida dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, composto por Plano CD ELETROBRÁS PURO e Plano CD SALDADO (BPDS).

CD CERON – Plano de contribuição definida dos participantes e assistidos da patrocinadora Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON.

CV ONS – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (renda fixa).

CV EPE – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Plano CD Puro Consolidado - refere-se ao Plano CD Puro e seus perfis de investimento;

Plano CV ONS Consolidado - refere-se ao Plano CV ONS e seus perfis de investimento;

Plano CV EPE Consolidado - refere-se ao Plano CV EPE e seus perfis de investimento;

ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais;

ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar;

APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais;

CDE – Conselho Deliberativo da ELETROS;

CFE – Conselho Fiscal da ELETROS;

DEE – Diretoria Executiva da ELETROS;

DF – Diretoria Financeira;

GTI – Gestão de Tecnologia da Informação da ELETROS;

ICSS - Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social;

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social;

PGA – Plano de Gestão Administrativa;

PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

SISOBI – Sistema Informatizado de Controle de Óbitos.

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2021.

Ailton Andrade

Presidente do CFE

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Rua Uruguaiana, 174 - 5º, 6º e 7º andar

Rio de Janeiro - Brasil - CEP: 20050-092

Tel: (21) 2179 - 4700 - www.ELETROS.com.br

Observação: O documento original assinado está arquivado na Eletros.



Alessandra Lemos

Elizabeth Ribeiro

João Vicente Amato Torres

